



ÁFRICA

A região do Sahel, uma faixa que se estende do oeste ao leste no norte do continente, desponta como refúgio para a rede Al-Qaeda e o Estado Islâmico. Especialistas veem ameaça transnacional e explicam como a pobreza fortalece o jihadismo

O novo abrigo do terror

» RODRIGO CRAVEIRO

A morte de Osama bin Laden, em 2 de maio de 2011, no Paquistão, representou um golpe quase letal em sua rede Al-Qaeda. Quase oito anos depois, em 23 de março de 2019, o Estado Islâmico (EI) foi dizimado de seu último bastião, a Síria, com a queda de sua posição na cidade de Baghuz (leste). Os dois grupos ressurgiram no continente africano, segundo especialistas. Um dos mais renomados estudiosos sobre a Al-Qaeda, o cingalês Rohan Kumar Gunaratna admitiu ao **Correio** que o epicentro global do terrorismo deslocou-se para a África Subsaariana e a fronteira entre Afeganistão e Paquistão. “Com o estabelecimento de refúgios seguros na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão e no Sahel, a ameaça está se expandindo. A maioria dos ataques é realizada pelo Estado Islâmico, seguido pela Al-Qaeda”, disse. A Amaq — agência de notícias do Estado Islâmico — divulgou que, nos seis primeiros meses de 2026, a África desempenhou papel nevrálgico nas atividades do grupo extremista.

Foram registrados 205 “ataques”, 75 atentados à bomba e 51 emboscadas. Nigéria, com 250 incidentes; República Democrática do Congo (138); e Moçambique (56) foram os países com mais operações do EI. Em termos de mortes, a República Democrática do Congo lidera, com 769; seguida pela Nigéria, com 696; e pelo Níger, com 290. “Das regiões do Sahel e da fronteira afegã-paquistanesa, tanto a Al-Qaeda quanto o EI planejam atacar em escala global”, disse Gunaratna, fundador do Centro Internacional de Pesquisa sobre Violência Política e Terrorismo, em Cingapura, e autor de *Inside al Qaeda: global network of terror* (Por dentro da Al-Qaeda: rede global de terror).

De acordo com Gunaratna, a maioria dos líderes e dos governos africanos necessita de apoio para combater a crescente onda de terrorismo. “A maior parte dos países africanos carece de líderes competentes para implementar uma abordagem

CTCSentinel/Reprodução



Jihadistas do Estado Islâmico, no norte da África: recrutamento de populações vulneráveis, onde o governo falha em sua função

continental de combate a uma ameaça transnacional. A menos que haja uma mudança da cooperação em contraterorismo para a colaboração e a parceria, partes da África passarão da crise ao caos”, advertiu. Ele previu que, assim como ocorre no Sahel, a ameaça se espalhará, e nações africanas fracassarão e entrarão em colapso. “Nos próximos meses, o continente africano se encontrará em uma encruzilhada perigosa. Do Chifre da África ao Sahel, grupos extremistas, como o Estado Islâmico, o Jama’at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), o Al-Shabaab e o Boko Haram estão expandindo sua atuação, deixando um rastro de destruição, medo e instabilidade. O que começou como insurgências isoladas agora está se conectando além das fronteiras, com consequências devastadoras para centenas de milhares de pessoas”, avaliou o cingalês.

Wassim Nasr, especialista em terrorismo

do The Soufan Center (em Nova York) e jornalista da emissora France24, reconheceu a atuação da Al-Qaeda e do EI em Mali, Burkina Faso e Níger, mas destacou que a atividade extremista tem desempenhado protagonismo cada vez maior na Nigéria. Isso ganhou força depois que o EI estabeleceu laços com grupos no Sahel e na região do Lago Chade. “No entanto, todas as áreas que eles usam em suas atividades são rurais. Os terroristas ainda não controlam áreas urbanas. Nesses espaços rurais, especialmente no nordeste de Burkina Faso e no leste de Mali, o EI e a Al-Qaeda têm travado uma guerra entre si”, disse ao **Correio**.

“Esse conflito ocorre desde 2019, com centenas de jihadistas mortos. O confronto mais recente ocorreu há menos de duas semanas, resultando em cerca de 200 ou 300 baixas da Al-Qaeda e do EI. Eles (extremistas) circulam por uma vasta região

que abrange Mali, Níger e Burkina Faso; combatem uns contra os outros nessa área, mas não controlam nenhum centro urbano”, resumiu Nasr.

Miséria e abandono

Tanto ele quanto Gunaratna responsabilizam a pobreza e o abandono do Estado como fatores cruciais para explicar o fortalecimento dos grupos terroristas na África. “O ponto mais importante é a ausência de ações do Estado nessas áreas. Populações foram deixadas à própria sorte e sem assistência de um governo central por décadas”, observou Nasr. Ele lembrou que autoridades de Burkina Faso, Mali e Níger têm adotado posturas muito duras com cidadãos das áreas rurais. Os povos nômades Fulani e Tuareg vêm encontrando refúgio em grupos jihadistas.

Por sua vez, Gunaratna reforçou que as ideologias extremistas prosperam onde a governança é fraca; a pobreza, generalizada; e a educação, precária. “Em muitas áreas, populações vulneráveis são exploradas por grupos radicais, os quais oferecem não apenas falsas promessas de salvação, mas também itens básicos, que os governos não conseguiram oferecer”, comentou. Ele considera ainda mais preocupante o fato de a onda de radicalização impactar regiões com ricas histórias religiosas e culturais, incluindo comunidades cristãs e indígenas de longa data. “Essas comunidades estão agora sob cerco, não apenas físico, mas também espiritual e social. A pressão para estabelecer califados extremistas representa uma ameaça direta à diversidade religiosa, aos direitos humanos e à paz no continente”, alertou Gunaratna.

Rida Lyammouri, pesquisador do Policy Center for the New South (Centro de Políticas para o Novo Sul), sediado em Washington, afirmou ao **Correio** que grupos afiliados à Al-Qaeda e ao EI conseguiram se infiltrar estrategicamente em comunidades locais, tornando difícil erradicá-los. “A falta de uma presença estatal adequada em algumas áreas permitiu que ambos os grupos se estabelecessem e, em certos casos, prestassem serviços públicos, como segurança e justiça. Essas facções também exploram insatisfações preexistentes em relação ao Estado, a fim de conquistar apoio e legitimidade ante uma população que se sente negligenciada.”

Ainda segundo Lyammouri, grupos afiliados à Al-Qaeda e ao EI — sediados no Sahel — possuem agendas e objetivos localizados e não parecem ter ambições expansionistas. “Embora outros grupos possam surgir em outras partes do continente africano, o JNIM e o EI-Sahel permanecem concentrados no Mali, no Níger, em Burkina Faso e nas regiões ao norte dos estados costeiros, pois estão cientes de que qualquer tentativa de expansão para além dessas áreas os deixaria expostos e sobrecarregaria suas capacidades.”

GOVERNO TRUMP

Credenciais retidas na Casa Branca

No dia seguinte ao anúncio feito pelo presidente Donald Trump, a Casa Branca barrou, ontem, o acesso aos profissionais dos canais CNN e MS NOW e do site Político às instalações do governo dos Estados Unidos. A decisão, justificou Trump, é uma reação à divulgação do que considera “notícias falsas”. As credenciais dos repórteres que tentaram entrar no local, ontem de manhã, foram confiscadas.

Cheyenne Haslett, do Político, teve o crachá apreendido pelo Serviço Secreto, informou o editor-chefe do site, Jonathan Greenberger, em uma nota enviada à agência de notícia France Presse (AFP). Já Betsy Klein, da CNN, relatou que “havia um grupo de câmeras esperando” sua chegada na porta de acesso ao complexo da Casa Branca.

Por sua vez, o setorista do MS NOW na

Casa Branca, Akayla Gardner, afirmou que seu cartão de acesso não funcionou quando tentou entrar na residência presidencial. “Havia uma luz vermelha piscando e, então, o agente me pediu que entregasse o crachá”, relatou o jornalista.

Os três meios de comunicação denunciaram a medida como uma violação da Constituição dos Estados Unidos e prometeram continuar divulgando informações sobre o governo Trump. As empresas deverão levar as proibições aos tribunais para recuperar o acesso à sede do governo.

O presidente do Comitê de Repórteres pela Liberdade de Imprensa, Bruce Brown, afirma que a iniciativa de Trump é inconstitucional. A liberdade de imprensa é garantida aos Estados Unidos pela Primeira

Emenda da Constituição. “A Casa Branca pertence ao povo americano e as decisões tomadas lá dentro são financiadas com nossos impostos”, assinalou o MS NOW, na rede social X.

“Temos um direito, amparado pela Constituição dos Estados Unidos, de exercer nosso trabalho jornalístico sem obstáculos nem interferências por parte do governo, e a proibição é um ataque ilegal a esse direito fundamental”, ressaltou a CNN.

No anúncio de sexta-feira, o magnata republicano, que mantém uma relação conturbada com a mídia tradicional, alertou que outros veículos de comunicação podem sofrer a mesma medida, sem citar nomes. Em nota, Trump acrescentou que “os veículos de comunicação não deveriam

poder escrever ou informar constantemente FICÇÕES e MENTIRAS quando estão cobrindo o Presidente dos Estados Unidos”.

Donald Trump faz constantemente críticas à cobertura dos meios de comunicação sobre sua administração. Desde que retornou à Presidência, em janeiro do ano passado, ele apresentou várias ações por difusão contra veículos de comunicação, atacou a imprensa na Truth Social e agrediu verbalmente vários repórteres — principalmente mulheres.

A Associação de Correspondentes da Casa Branca — entidade independente que representa os jornalistas que cobrem a Presidência — afirmou que “segue na defesa” dos profissionais da imprensa, “que estão sendo atacados por fazer seu trabalho”.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

NOVAS MANEIRAS NA DEMOCRACIA

Os problemas da democracia não deveriam surpreender tanto e deixar tantos perplexos por aí. Tal é o argumento de Sheri Berman em artigo publicado em recente edição do *Journal of Democracy*, da Universidade Johns Hopkins. Professora da Universidade Columbia, de Nova York, Berman questiona a confiança de que prosperidade e boas constituições garantiriam democracias duradouras. Para ela, a história está repleta de avisos de que não é bem assim.

No século 18, Montesquieu explicava que o poder precisa encontrar limites em outros poderes, mas o desenho que gera harmonia varia no tempo e no espaço. No século 19, Tocqueville observava que a liberdade americana dependia também do relativo baixo grau de desigualdade entre seus cidadãos, bem como dos costumes e associações que tiram os cidadãos do

isolamento. Uma Constituição pode distribuir competências sem produzir gente disposta a respeitá-las, compreendê-las e valorizá-las. Ainda que uma sociedade possa estar conectada, ainda assim, ela pode ter pouca disposição para conviver com quem pensa diferente e rejeita convergências moderadas.

No século 20, Seymour Martin Lipset associou a estabilidade democrática às condições sociais produzidas pelo desenvolvimento, incluindo segurança econômica, mobilidade para cima e menos desigualdade. Enquanto era difícil sustentar democracia em relações piramidais, as sociedades mais em formato de diamante, mais largas no meio, eram mais afeitas ao equilíbrio democrático. Não era uma questão de cada um se virar e o governo não atrapalhar.

Robert Dahl, por sua vez, insistiu na

importância de divisões transversais, que se entrecruzam em vez de se repelirem mutuamente. Quando isso ocorre, os indivíduos podem se alinhar a adversários políticos em determinada questão, embora discordem deles em outras. A última década e meia oferece exemplos do que acontece quando ninguém se entende.

Na União Europeia, os ataques à independência judicial na Polônia e a concentração de poder na Hungria mostraram que integrar o clube do poder não é democracia. Outro dado interessante é que se o comportamento eleitoral pensa que privilégio gera prerrogativa, a linhagem arbitrária do país não muda. Épocas ruins para a democracia são aquelas em que há usurpação, isto é, todos querem transgredir a esfera do dever.

A radicalização descrita por Berman ajuda a entender esse ambiente onde a disputa não é polarização, mas sempre entre vários governismos. Quando o adversário vira inimigo, para Tocqueville, nascem as comunidades de poder, que só conversam consigo mesmas e vivem de apostar em revanches.

Adam Przeworski ajuda a entender o

que falta nessa conta. Em seu livro *Capitalismo e Social-Democracia*, explicou como trabalhadores poderiam aceitar a propriedade privada com acúmulo centrado no capitalista, mediante alguma redistribuição. Esse compromisso dependia de organizações e líderes capazes de sustentá-lo.

Dylan Riley, sociólogo da Universidade de Berkeley, retomou o argumento em um trabalho de 2025. Começa reconhecendo que “nenhum estudioso fez mais para esclarecer a relação entre capitalismo e democracia do que Adam Przeworski”, para então trazer a objeção de que o compromisso analisado tinha lugar e época. A partir de um determinado ponto, lucros crescentes não garantem investimentos nem salários melhores. Se governos mudam e a vida permanece sem perspectiva, a alternância perde parte de seu sentido. Essa hipótese aproxima as frustrações sociais apontadas por Berman das crises políticas nos dois lados do Atlântico, sem torná-las idênticas.

Quem perdeu segurança no emprego, estagnou ou deixou de acreditar que os filhos viverão melhor não recupera

confiança ouvindo elogios à democracia. Seja de forma clara, vexada ou confusa, encontra-se tanta gente disposta a apoiar ataques ou defesas radicais à ordem democrática. Nenhum fanatismo combina com democracia.

A revolução digital acrescenta complicações a esse problema. A internet, com suas plataformas e crescente inteligência artificial, abre possibilidades produtivas fantásticas, mas também oportunidades para concentrar ainda mais renda e explorar inseguranças mil. A correção, porém, pode ser democrática ou autoritária. A política, até agora, tem usado em seu proveito a tecnologia. A democracia não consegue nem saber quais suas queixas.

A democracia está mudando suas maneiras para pior. Tem diferentes conceitos dentro de si própria. E será melhor se conseguir transformar descontentamento em regras do jogo mais adequadas para viver. Simples como perfilar ao lado da liberdade com responsabilidade. A condição mais necessária para a melhor perfeição da sociedade.

PAULO DELGADO é sociólogo